

VALOR 15/02/2011

Consistência da política externa

José Eli da Veiga

Nada pode ser mais fútil que previsões sobre fenômenos sociais, sejam mais culturais, políticos, econômicos, militares, demográficos ou tecnológicos. Todavia, na formulação de estratégias, planos e programas governamentais, não há como se escapar de algum conjunto de suposições sobre o futuro. Que até pode estar explícito sob a cômoda construção de "visões" ou "cenários", mas sem jamais conseguir evitar que uma parte fique apenas subentendida.

Como avaliar, então, o grau de verossimilhança (ou de frivolidade) dessas antecipações forçosamente embutidas em tão importantes documentos programáticos? A procura de resposta a essa indagação só pode apelar para a história, que oferece ao menos três certezas: 1) o senso comum sempre erra; 2) a análise convencional também padece de profunda falta de imaginação; 3) mesmo assim, algumas coisas podem ser bem previstas e, efetivamente, o foram.

Era simplesmente impossível imaginar no século XIX como seriam as duas guerras mundiais do século XX. Mas as ascensões dos Estados Unidos e da Rússia foram limpidamente previstas por cérebros tão diferentes quanto os de Alexis de Tocqueville (1805-1859) e de Friedrich Nietzsche (1844-1900). O que indica que certas tendências objetivas mais profundas se impõem por mais aleatórios que possam ser os encadeamentos conjunturais.

Por exemplo: é certeza que o século XXI será dominado pela busca de novas formas de energia que permitam a superação da era fóssil, mesmo que não seja possível afirmar hoje quais descobertas ou invenções se revelarão as mais decisivas. Uma das possibilidades, que certamente será favorecida por pressões de forças armadas (principalmente norte-americanas), vai ser a geração de energia baseada no espaço e lançada à Terra como radiação de micro-ondas. Isso poderá criar uma nova plataforma para o poder geopolítico dos Estados Unidos, país que assim se tornaria o maior produtor de energia do mundo. Simultaneamente, também serão cada vez mais aeroespaciais os sistemas de defesa e de preparação para guerras. O foco central das operações militares estará na capacidade de destruição dos satélites inimigos.

Não é preciso ir mais longe para que se perceba a inconsistência da ideia de que o Brasil se tornará uma "potência" por obra e graça de suas vantagens agro-energéticas, como supõem duas importantíssimas e bem recentes elaborações da Presidência da República: o "Plano Brasil 2022" e a "Mensagem ao Congresso Nacional, 2011". Qualquer nação com chances de se tornar potência neste século já dispõe de programa aeroespacial avançado, em vez de só poder planejar para 2022 a construção de seu primeiro veículo lançador de satélites (VLS).

Pior: esse imenso risco de não poder participar do grande jogo político internacional deste século não deve ser visto como deficiência apenas nacional, pois nesse âmbito é todo o subcontinente que tende a ficar excluído, a menos que seja fortemente acelerado o processo de constituição do bloco sul-americano.

A única maneira de evitar que a força centrípeta da multipolarização em curso torne as nações da América do Sul ainda mais periféricas é obter cacife para que elas ao menos não possam ser ignoradas pelos principais apostadores: os Estados Unidos e seus consortes, a União Europeia e o eixo China-Japão.

É muito pouco dizer que cabe ao Brasil não se deixar incorporar a nenhum desses três grandes blocos/áreas de influência, mesmo que de forma parcial. Ao contrário, é crucial avaliar em que medida cada qual tenderá a contrariar qualquer projeto de o bloco sul-americano adquirir capacidade competitiva para um futuro em que a segurança - tanto energética como militar - dependerá essencialmente de bases espaciais. Melhor: é preciso saber se algum deles poderia ter a propensão inversa: vir a apoiar tal ambição.

Qualquer nação com chances de se tornar potência neste século já dispõe de programa aeroespacial avançado

Dos três, é a Europa que estará mais inclinada em tal direção. Principalmente depois do intenso exame de consciência que se seguiu à participação de grande número de seus membros da "coalização dos dispostos" que ajudou os Estados Unidos no Iraque, processo que já havia sido desencadeado pela inevitabilidade de contar com a intervenção militar dos Estados Unidos para que fossem encerrados os conflitos na Bósnia e em Kosovo nos anos 1990.

A União Europeia será levada a empregar cada vez mais a assistência econômica como ferramenta de política externa para promover a cooperação internacional. Além disso, também estará propensa a redefinir o papel do envolvimento militar, afastando-o da velha perspectiva de defesa do Estado-nação para aproximá-lo de um projeto transnacional de pacificação e intervenção humanitária.

Por isso, o mais estratégico anúncio da primeira Mensagem da presidente Dilma ao Congresso é que em 2011 "objetiva-se aprofundar a parceria estratégica com a União Europeia". Pena que no âmbito aeroespacial tudo permaneça tão limitado a uma acanhada aliança do Brasil com a Ucrânia, quando já deveria estar a pleno vapor um programa de cooperação da Unasul com a UE.

José Eli da Veiga - professor titular da USP (FEA e IRI) e autor de "Sustentabilidade" (Ed. Senac, 2010), escreve mensalmente às terças. Página web: www.zeeli.pro.br